

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DE JOÃO PESSOA**

BR-L1421

**RELATÓRIO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DO PROGRAMA
(PLANO DO SGA)**



SUMÁRIO

	PÁGINA
I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
II. OBJETIVOS E COMPONENTES DO PROEXMAES II	2
III. POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL	4
III.1. Política e Diretrizes	4
III.2. Aspectos Ambientais Significativos do Programa	5
III.3. Linhas de Ações Específicas	5
III.4. Marco Lógico	7
III.5. Cumprimento das Exigências Legais e Institucionais	12
IV. IMPLEMENTAÇÃO DO SGA	17
IV.1. Execução do Programa	17
IV.2. Objetivos e Metas do SGA	20
V. TREINAMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E COMPROMETIMENTO	21
V.1. Treinamento e Conscientização	21
V.2. Comprometimento	21
V.3. Comunicação Interna	22
V.4. Comunicação Externa	22
VI.1. IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS E DOS ASPECTOS AMBIENTAIS	22
VI.1. Identificação dos Processos	22
VI.2. Identificação dos Aspectos e Impactos Ambientais	22
VII. PLANEJAMENTO	23
VII.1. Planejamento do SGA	23
VII.2. Planejamento e Execução de Obras	24
VII.3. Consultas Públicas	25
VII.4. Operação	26
VIII. ANÁLISE DE MELHORIA	26
VIII.1. Inspeções Ambientais	26
VIII.2. Análise Crítica da UEP	26
VIII.3. Melhoria Contínua	27
IX. DOCUMENTOS DO SGA	28

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Plano do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável de João Pessoa (BR-L1421) faz parte do Componente Desenvolvimento Urbano Sustentável que financiará, entre outras atividades, a melhoria dos instrumentos de gestão e planejamento urbano, territorial e ambiental.

O SGA deverá ser, portanto, um instrumento pelo qual a Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da Unidade Executora do Programa (UEP), promoverá a gestão ambiental durante o planejamento e a implantação das obras e o cumprimento da legislação ambiental e da Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A implementação do SGA permitirá, ainda, a atualização dos procedimentos de gestão ambiental e de requalificação urbana em conformidade com os requerimentos de órgãos ambientais intervenientes e do BID. Para tanto, as ações destinadas ao controle ambiental farão parte das rotinas das empresas de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras e construtora contratadas, seguindo as especificações técnicas e os procedimentos para garantir a qualidade, a segurança e a proteção ambiental das áreas, a saúde e segurança dos trabalhadores e a segurança e o bem estar das populações afetadas.

Evidencia-se, portanto, que em uma intervenção do porte do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável de João Pessoa, com vários agentes intervenientes, necessita de um Sistema de Gestão Ambiental em que fiquem assegurados e definidos os documentos necessários ao Gerenciamento Ambiental dos empreendimentos e os fluxos desses documentos entre os vários agentes, assim como suas responsabilidades, com o objetivo de implantar as melhores práticas ambientais

O SGA, composto por dois documentos, este Plano e o Manual de Procedimentos do SGA, foi desenvolvido com base nas entrevistas realizadas com os técnicos da UEP e demais órgãos estaduais diretamente envolvidos com Programa e nos documentos disponibilizados pela UEP e pelo BID, com destaque ao Relatório de Avaliação Ambiental (RAA).

Este Plano do SGA, primeiro documento do Sistema, apresenta a sua concepção e estrutura e estabelece as diretrizes gerais, os principais procedimentos socioambientais, além de algumas instruções de projeto e especificações técnicas necessárias ao desenvolvimento das atividades do Programa, em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) do RAA e a OP-703 do BID. O Manual do SGA, por sua vez, detalha os procedimentos socioambientais, bem como os formulários de controle, e apresenta o Quadro de Impactos do Programa. Desta forma, o SGA contempla instrumentos específicos para a incorporação de mecanismos de coordenação e planejamento, definição de atores e funções, além de indicadores socioambientais, tanto de desempenho institucional como de programas e projetos de meio ambiente e saúde e segurança, assegurando o acompanhamento e melhoria contínua do Sistema.

Nos programas de desenvolvimento urbano, são comuns as ocorrências de problemas socioambientais que causam danos e comprometem a qualidade ambiental das obras e dos próprios empreendimentos prejudicando, em decorrência, os objetivos de melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade. As principais causas desses problemas são conhecidas:

- embora os programas sejam voltados à melhoria ambiental e da qualidade de vida, em decorrência do volume de obras envolvido há uma tendência, sobretudo por parte das áreas de engenharia, de considera-los como programas de obras em que estas são um fim em si mesmo e não um meio para se obter melhoria objeto dos programas. Não por acaso, as obras acabam tendo um tratamento diferenciado e de maior importância, quando comparadas às demais atividades contempladas pelos programas, inclusive as de meio ambiente e sociais;

- as questões socioambientais são tradicionalmente consideradas como de responsabilidade exclusiva das equipes social de meio ambiente da UEP e das empresas de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras e construtora e, por conseguinte, as demais áreas além de não se envolverem com tais questões na maioria das vezes às relegaram a um plano secundário;
- raramente existe, por parte de todos os envolvidos com os programas desenvolvimentistas, em nenhuma de suas fases, do planejamento à operação, uma compreensão sobre a importância do controle ambiental e da mitigação dos impactos socioambientais, assim como a aceitação de que a sustentabilidade deve ser dever de todos;
- o fluxograma rígido e hierarquizado do sistema organizacional dos programas, somado ao fato de que os problemas socioambientais são considerados como de menor importância, relegam as soluções desses problemas a prazos longos, aos labirintos burocráticos, quando não ao esquecimento; e
- finalmente, a linguagem comumente adotada nos programas socioambientais, por tratar de temas e técnicas específicos, nem sempre acessível aos técnicos das áreas de planejamento e engenharia, também contribui para o pouco envolvimento desses técnicos com a sustentabilidade e a manutenção da qualidade socioambiental das obras.

O SGA proposto para o Programa, deverá eliminar grande parte desses problemas, uma vez que:

- os procedimentos e formulários que compõem o Sistema tornam as ações de mitigação de impactos e controle socioambiental mais objetivas e de compreensão mais fácil para os responsáveis pelas obras que, na maioria das vezes, tem pouco conhecimento no trato das questões socioambientais;
- o Sistema transfere para todos os envolvidos, técnicos, engenheiros e administradores, tanto da UEP como das empresas de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras e Construtora, a responsabilidade pela qualidade socioambiental que, normalmente, sem o SGA, acaba sendo de exclusividade dos técnicos das áreas de meio ambiente e social; e
- torna mais dinâmico e eficiente o trato das questões socioambientais do Programa, eliminando o encaminhamento burocrático de relatórios e processos e reduzindo significativamente o prazo para a correção dos problemas apontados (não conformidades).

O SGA também possibilita, de forma rápida e eficaz, por meio dos Planos de Melhoria, a solução de problemas socioambientais não previstos nos programas de mitigação de impactos e controle ambiental, que normalmente ocorrem no decorrer da implantação das obras.

Há que se considerar, entretanto, que este SGA deve ser considerado como preliminar (Versão Zero) e uma referência do que deve ser considerado no gerenciamento socioambiental do Programa. Embora os procedimentos e formulários recomendados tenham como base os programas do MGAS, todos deverão ser objeto de discussão e revisão, inclusive com relação à sua necessidade ou aplicabilidade, na reunião de apresentação e nas reuniões de discussão da implementação do Sistema.

II. OBJETIVOS E COMPONENTES DO PROGRAMA

O objetivo geral é promover a sustentabilidade urbana de JP por meio da melhoria urbana e de gestão municipal. Os objetivos específicos são: (i) reduzir as carências de infraestrutura e de serviços em áreas subnormais; (ii) diminuir o déficit habitacional; (iii) modernizar os instrumentos de planejamento urbano; e (vi) melhorar a eficiência na gestão dos recursos públicos e a prestação de serviços por meio da melhoria dos procedimentos fiscais e de base tecnológica. Os componentes do Programa são:

O Programa contempla dois componentes, conforme segue:

- **Componente I – Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade (US\$163,2 mil).** Apoiará a diminuição das desigualdades urbanas e o planejamento para a modernização da gestão urbana. Financiará: (i) elaboração dos projetos básicos/executivos de urbanização integrada de áreas subnormais nos complexos Beira Rio e Linha Férrea; (ii) infraestrutura urbana como redes de esgoto, de drenagem, pavimentação de vias e construção de equipamentos públicos e de lazer no Complexo Beira Rio; (iii) atividades e obras visando a recuperação do lixão do Roger¹; (iv) construção de aproximadamente 2.949 unidades habitacionais para população de baixa renda²; (v) reassentamento de cerca de 840 famílias do Complexo Beira Rio e regulamentação fundiária; (vi) melhoria dos instrumentos de gestão e planejamento urbano e ambiental; (vii) elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos a Desastres Naturais; (viii) Plano de Ação de Desenvolvimento de uma Economia de Baixo Carbono; (ix) Plano de Ação para Desenvolvimento Econômico das comunidades da Região do Complexo Beira Rio, e (x) implantação do Centro de Cooperação da Cidade (CCC), contemplando o atendimento integrado a emergências, situações de risco, segurança pública e mobilidade.
- **Componente II – Fortalecimento da Gestão Pública (US\$24,9 mil).** Este componente financiará as seguintes ações: (i) reestruturação organizacional das secretarias envolvidas; (ii) atualização da planta genérica de valores; (iii) implantação do novo modelo de gestão dos contribuintes; (iv) implantação do novo modelo de cobrança; (v) desenvolvimento de um novo sistema de administração tributária; (vi) implantação do modelo de gestão do patrimônio municipal; (vii) implantação da escola de governo; (viii) implantação do novo modelo de gestão de compras; (ix) implantação do programa de educação fiscal; (x) implantação do novo modelo de inteligência fiscal; (xi) virtualização dos processos administrativos por meio do processo eletrônico; (xii) implantação do modelo de gestão financeira e contábil; (xiii) redefinição do modelo de assistência social do município; (xiv) melhoria do modelo de atuação da Defesa Civil; (xv) aperfeiçoamento da infraestrutura física e de tecnologia da informação; e (xvi) implantação do Data Center em uma Sala Segura, certificada e com padrões de segurança internacionais.

Além desses dois componentes, o Programa contempla atividades ligadas à administração, monitoramento, auditoria e avaliação. O Programa beneficiará famílias de áreas subnormais e de risco com novas habitações e urbanização integrada, e toda a população de João Pessoa será beneficiária das ações de fortalecimento da gestão pública e urbana.

III. A POLITICA DE GESTÃO AMBIENTAL

III.1. Política e Diretrizes

O SGA ora apresentado vem ao encontro às Políticas de Gestão Ambiental de João Pessoa e de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID.

¹ Antigo lixão da cidade desativado há 12 anos.

² Sendo 2274 unidades habitacionais de contrapartida e aproximadamente 675 a serem construídas com recursos do Banco.

A Política de Gestão Ambiental de João Pessoa está consolidada no Código Municipal de Meio Ambiente – Lei Complementar de 29 de agosto de 2002, que inclui no seu Capítulo I, dos Princípios Fundamentais:

Art. 2º - A política ambiental do Município, respeitadas as competências da União e do Estado, tem por fim a preservação, conservação, defesa, recuperação e controle do meio ambiente natural e urbano.

Art. 3º - Para assegurar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Município de João Pessoa e regular a ação do Poder Público Municipal, assim como sua relação com os cidadãos e instituições com vistas ao equilíbrio ambiental, serão observados os seguintes princípios:

I - utilização ordenada e racional dos recursos naturais ou daqueles criados pelo homem, por meio de critérios que assegurem um meio ambiente equilibrado;

II – organização e utilização adequada do solo urbano, nos processos de urbanização, industrialização e povoamento;

III – proteção dos ecossistemas, com ênfase na preservação ou conservação de espaços especialmente protegidos e seus componentes representativos;

IV – obrigação de recuperar áreas degradadas pelos danos causados ao meio ambiente;

V – promoção da educação ambiental de maneira multidisciplinar e interdisciplinar nos níveis de ensino oferecido pelo município, bem como a valorização da cidadania e da participação comunitária, nas dimensões formal e não formal;

VI – estímulo de incentivos fiscais e orientação da ação pública às atividades destinadas a manter o equilíbrio ambiental;

VII – prestação de informação de dados e condições ambientais.

Há que se considerar, ainda, o seu Capítulo II, dos Objetivos:

Art. 4º A Política Ambiental do Município tem por objetivo:

I - articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos e entidades do Município com aquelas de âmbito federal e estadual;

II - favorecer instrumentos de cooperação em planejamento e atividades intermunicipais vinculadas ao meio ambiente;

III - compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade ambiental, visando o bem-estar da coletividade;

IV - assegurar a aplicação de padrões de qualidade ambiental, observadas as legislações federal e estadual, suplementando-as de acordo com o interesse local;

V - atuar, mediante planejamento, no controle e fiscalização das atividades de produção, extração, comercialização, transporte e emprego de materiais, bens e serviços, bem como de métodos e técnicas que comportem risco ou comprometam a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - estabelecer os meios legais e os procedimentos institucionais que obriguem os agentes degradadores, públicos ou privados, a recuperar os danos causados ao meio ambiente, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis;

VII - disciplinar a utilização do espaço territorial e dos recursos hídricos destinados para fins urbanos mediante uma criteriosa definição de formas de uso e ocupação, normas e projetos, construção, e técnicas ecológicas de manejo, conservação e preservação, bem como de tratamento e disposição final de resíduos e efluentes de qualquer natureza;

VIII - estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras e degradadoras;

IX - estabelecer tratamento diferenciado aos espaços urbanos, procurando respeitar e proteger a pluralidade e as especificidades biológica e cultural de cada ambiente;

X - estimular o desenvolvimento de pesquisas sobre o uso adequado dos recursos ambientais;

XI - criar espaços especialmente protegidos e unidades de conservação, objetivando a preservação, conservação e recuperação de espaços caracterizados pela destacada importância de seus componentes representativos, bem como definir áreas de preservação permanente;

XII - promover a educação ambiental;

XIII - promover o zoneamento ambiental.

Com relação à Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID (OP-703), por sua vez, o SGA atende principalmente as seguintes Diretrizes: i) B.1. Políticas do Banco; ii) B.2. Legislação e normas nacionais; iii) B.4. Outros fatores de risco; iv) B.5. Requisitos de avaliação ambiental; v) B.7. Supervisão e cumprimento; e vi) B.17. Aquisições.

III.2. Aspectos Ambientais Significativos do Programa

Os aspectos ambientais significativos do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável de João Pessoa estão no Relatório de Avaliação Ambiental (RAA) contratado pela UEP.

Dizem respeito aos impactos positivos, promovidos pela melhoria urbana e da qualidade de vida da população de João Pessoa, e aos impactos negativos decorrentes da implantação das obras do Programa. Todos esses impactos são apresentados no Quadro de Impactos do Programa, incluído do Manual do SGA.

Em decorrência dos impactos socioambientais previstos foram recomendadas medidas mitigadoras para as fases de planejamento e construção da infraestrutura contemplada pelo Programa. Para cada medidas mitigadora serão elaborados procedimentos de mitigação e controle socioambiental que farão parte do SGA, juntamente com formulários específicos de fiscalização e controle.

III.3. Linhas de Ações Específicas

a) Inclusão das variáveis ambientais no planejamento e projeto

A UEP, em atendimento às Políticas de Gestão Ambiental de João Pessoa e de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID, deve conduzir o planejamento e projeto das obras do Programa de acordo com os conceitos de sustentabilidade ambiental.

Estratégia:

Desenvolvimento de projetos que possibilitam menor custo de implantação, maior eficiência energética, redução no consumo e reuso de água, maior conforto ambiental, térmico e acústico e menor custo de operação e manutenção.

b) Planejamento e gerenciamento ambiental das obras

O processo de planejamento e execução das obras deve ser definido com vistas ao gerenciamento das interfaces e a qualidade ambiental do Programa.

Estratégia:

Seleção de empresas construtoras comprometidas com a conservação ambiental e inclusão de cláusulas ambientais nos contratos de construção.

c) Exigências ambientais no edital de contratação de empresas construtoras

O edital de licitação das obras deve estabelecer os requisitos ambientais mínimos a serem atendidos pelas empresas construtoras.

Estratégias:

Qualificação técnica ambiental da empresa construtora, com base em experiência comprovada na execução de, pelo menos, obras viárias de porte médio, obras de macrodrenagem, microdrenagem, desassoreamento de cursos d'água e urbanização. A comprovação deve ser feita de acordo com o edital de obras e a UEP, ao seu critério, pode também exigir declaração do órgão ambiental licenciador de que as obras cumpriram os requisitos ambientais que constaram da Licença Ambiental.

Apresentação, pela empresa construtora, da relação da equipe de acompanhamento e supervisão ambiental, própria ou de empresa subcontratada, como contraparte à Supervisão Ambiental da UEP, acompanhada de declaração de que equipe esta contratada e atuará sob total responsabilidade da empresa proponente.

Tratamento das exigências ambientais dos projetos com o mesmo rigor técnico e gerencial das exigências de engenharia. Desta forma, as atividades relativas ao controle ambiental devem ser parte integrante da mesma planilha de custos e cronograma físico do projeto/obra, além de motivo de apontamento no Diário de Obra, no caso de irregularidade, e objetos de medição e pagamento.

d) Implantação, operação e desmobilização do canteiro de obras

Os canteiros de obras, além de atender à legislação ambiental e às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, devem ser implantados e operados de forma a evitar danos ambientais e acidentes de trabalho e, depois de desmobilizados, a área degradada pela atividade deve ser recuperada de forma que as suas condições ambientais sejam iguais ou superiores às existentes anteriormente às obras.

Estratégia:

Estabelecimento de critérios socioambientais para a implantação, operação e desmobilização do canteiro de obras.

e) Controle ambiental das obras

As obras do Programa devem ser implantadas de forma a evitar ou reduzir os impactos socioambientais, tanto no canteiro de obras como no seu entorno.

Estratégia:

Cumprimento da legislação ambiental e das condicionantes da Licença de Instalação, definição de métodos de intervenção apropriados e estabelecimento de procedimentos específicos de controle ambiental.

f) Gestão de resíduos das obras

Gerenciamento dos resíduos com vistas à sustentabilidade, à qualidade ambiental das obras e ao atendimento da legislação.

Estratégia:

Estabelecimento de procedimento específico, de acordo com a Resolução CONAMA N° 307 de 5 de julho de 2002.

g) Demolição

As demolições necessárias nas desmobilizações dos canteiros de obras e das residências removidas das áreas de risco e implantação das obras do Programa causam impactos que precisam ser mitigados por meio de procedimentos e rotinas que garantam a qualidade ambiental e o cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

Estratégia:

Planejamento das atividades que envolvem a demolição e direção por profissional com habilitação comprovada.

h) Recuperação de áreas degradadas

Esta linha de ação é destinada à recuperação ambiental das áreas utilizadas pela instalação de canteiros de obra, exploração de áreas de empréstimo e deposição de bota-foras.

Estratégia:

Licenciamento ambiental e preparação prévia das áreas visando a futura recuperação.

i) Saúde e segurança do trabalhador e meio ambiente

Estabelecimento dos padrões mínimos de atendimento à legislação de controle e segurança operacional, aplicáveis aos empregados das empresas construtoras.

Estratégias:

Treinamento constante dos empregados e estabelecimento de diretrizes de segurança do trabalho e saúde ocupacional, que serão exigidas contratualmente e adotadas durante as obras; implantação de uma sistemática de auto-monitoramento, de maneira que todos os serviços executados sejam rotineiramente inspecionados e avaliados; e manutenção das condições sanitárias favoráveis aos empregados; e capacitação ambiental da mão-de-obra contratada.

j) Garantia do consumo sustentável de água

A UEP tem o compromisso de implantar as obras do Programa com equipamentos que promovam a economia e o reuso da água.

Estratégia:

Desenvolvimento de projetos adequados à economia e reuso da água, implementação de planos de manejo de água e manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de abastecimento.

III.4. Marco Lógico do SGA

Para cada linha de ação anteriormente apresentada será desenvolvido um procedimento específico de controle ambiental, saúde e segurança, todos integrantes do Manual do SGA.

As linhas de ações também possibilitam o estabelecimento do Marco Lógico do SGA, apresentado no Quadro N° 1.

Quadro N° 1: Marco Lógico do SGA

Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Indicadores
--------------	-----------	------------	-------	-------------

PLANEJAMENTO	Inclusão das Variáveis Ambientais no Planejamento e Projeto.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver projetos ambientalmente sustentáveis. • Reduzir os custos com mitigação e compensação de impactos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de projetos considerando: <ul style="list-style-type: none"> ○ melhor aproveitamento da área; ○ redução de terraplenagem; ○ orientação solar; ○ eficiência energética; ○ iluminação natural; ○ reuso de água, ○ uso racional da água; ○ conforto térmico e acústico; ○ acessibilidade; ○ qualidade e conforto ambiental; ○ espaço sustentável; ○ inovação e tecnologia; ○ facilidade na manutenção de equipamentos durante a operação; ○ redução, reutilização e reciclagem de materiais e recursos; ○ menor interferência no trânsito nas fases de construção e operação; e ○ outros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de projetos passíveis de certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design)³ ou do Selo Casa Azul da CAIXA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação dos moradores e usuários; • Redução nos gastos de energia e água; • Redução nos custos de manutenção.
	Consultas Públicas*	<ul style="list-style-type: none"> • Esclarecer e informar a comunidade sobre as questões socioambientais da implantação das obras, sobretudo no que se refere aos incômodos causados durante as fases de construção e operação (poeira, ruídos, resíduos, aumento do trânsito de veículos, alterações nas vias de acesso, emissões atmosféricas etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos projeto que compões o Programa; • apresentação do MGAS; • apresentação do SGA; • apresentação do ouvidor; • incorporação das observações e reivindicações da comunidade nos projetos ou Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicar e informar todos os moradores das áreas de influência sobre os projetos e o Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de moradores informados; e • quantidade de reclamações atendidas.

* A Consulta Pública deve ser realizada antes do Início das obras.

Quadro Nº 1: Marco Lógico do SGA (Continuação)

Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Indicadores
--------------	-----------	------------	-------	-------------

³ Embora a certificação LEED não seja o objetivo do programa, para a sustentabilidade dos projetos do programa recomenda-se a adoção dos critérios da LEED ND (para projetos de desenvolvimento de bairro - certificação da parte urbanística de um condomínio, bairro ou quadra residencial ou comercial).

IMPLANTAÇÃO	Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra.	<ul style="list-style-type: none"> Definir o processo de planejamento e execução das obras, visando o gerenciamento de todas as interfaces e a garantia da qualidade ambiental do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> Seleção de construtora de acordo com sua capacidade de atender às exigências ambientais e o ROP; Inclusão, no contrato de obras, de cláusulas que garantam o cumprimento dos requisitos ambientais, da legislação e das políticas do BID, do MGAS incluído no RAA, do PCAO e do ROP; Apresentação, pela construtora, do planejamento detalhado da obra, com: i) cronograma de atividades; ii) programa e métodos de intervenção nas obras, considerando a qualidade ambiental; e iii) estudo das interferências entre instalações. 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento das condicionantes da LI; Tendência decrescente no número de não conformidades apontadas nas inspeções ambientais periódicas; Capacitação de todos os empregados da obra em saúde e segurança no trabalho, educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Organização na obra; Número de acidente de trabalho com gravidade; Nenhum dano ambiental de gravidade; Quantidade de não conformidades apontadas; e Número de empregados capacitados.
	Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obras.	<ul style="list-style-type: none"> Definir o processo para a implantação, operação e desmobilização do canteiro de obras e demais instalações provisórias, de forma a evitar danos ambientais no local e assegurar a qualidade ambiental do Programa 	<ul style="list-style-type: none"> Selecionar o local do canteiro de obras e demais instalações provisórias de forma a aproveitar as áreas originalmente já degradadas e de fácil acesso para o recebimento, transporte e armazenamento de materiais e equipamentos, sem o prejuízo da segurança no trabalho, dos visitantes, da comunidade e dos equipamentos; Implantação do canteiro de obras de acordo com as diretrizes e recomendações dos procedimentos específicos dos programas do MGAS; Implantação e operação do canteiro de obras após a obtenção das LP e LI e autorizações e licenças específicas como de supressão de vegetação, áreas de empréstimo e bota-foras. Em complementação, devem ser obtidas licenças de instalação de fossas sépticas, tanque de combustível etc.; Verificação, no final das obras, dos materiais decorrentes da desmobilização do canteiro que podem ser reutilizados, doados ou reciclados. Destinação correta dos resíduos não recicláveis, durante a operação e desmobilização do canteiro de obras. 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento de todas as condicionantes da LP e LI; Tendência decrescente de apontamentos de não conformidades nas inspeções ambientais periódicas; Capacitação de todos os empregados da obra em saúde e segurança no trabalho, educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental; Devolver o local utilizado para o canteiro de obras em condições idênticas ou melhores que a original. 	<ul style="list-style-type: none"> Organização e método de intervenção adequados; Número de acidente de trabalho com gravidade. Nenhum dano ambiental de gravidade. Tendência decrescente de apontamentos de não conformidades; e Número de empregados capacitados.

Quadro Nº 1: Marco Lógico do SGA (Continuação)

Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Indicadores
--------------	-----------	------------	-------	-------------

IMPLANTAÇÃO	Controle Ambiental da Obra.	<ul style="list-style-type: none"> Determinar as ações que deverão ser tomadas durante a execução dos serviços de obras, visando a redução ou eliminação dos impactos socioambientais e a qualidade ambiental do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> Controle da emissão de fumaça, do vazamento de óleos e combustíveis, da produção de poeira, de acidentes, do trânsito de veículos pesados nas proximidades das obras e dos ruídos gerados na obras; Controle ambiental, com separação do solo fértil, nas terraplenagens, para reutilização no paisagismo; Controle da drenagem superficial e da erosão; e Uso de material certificado ou proveniente de jazidas certificadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento das condicionantes da LP e LI; Tendência decrescente no número de não conformidades apontadas nas inspeções ambientais periódicas; e Capacitação de todos os empregados das obras em saúde e segurança no trabalho, educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Organização e método de intervenção adequados; Número de acidentes de trabalho; Nenhum dano ambiental de gravidade. Quantidade de não conformidades; Número de empregados capacitados; Qualidade ambiental do empreendimento e entorno após a conclusão das obras; e Satisfação da comunidade do entorno.
	Gestão de Resíduos da Obra.	<ul style="list-style-type: none"> Definir as atividades necessárias à gestão dos resíduos de obra e assegurar a qualidade ambiental do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> Acondicionamento inicial dos resíduos; Acondicionamento final dos resíduos; Destinação dos resíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento das condicionantes da LP e LI; Tendência decrescente no número de não conformidades apontadas nas inspeções ambientais periódicas; e Destinação adequada dos resíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade reduzida de resíduo nas obras; Número de acidente de trabalho com gravidade; Nenhum dano ambiental de gravidade; e Número de não conformidades apontadas.
	Demolição.	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento dos procedimentos e das rotinas para a execução de demolições nas obras Programa, garantindo a qualidade ambiental e o atendendo da Norma Regulamentadora NR 18 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). 	<ul style="list-style-type: none"> Programação da demolição; Direção da demolição por profissional habilitado, com a presença de um Técnico de Segurança (TST); Planejamento da atividade considerando: <ul style="list-style-type: none"> corte da energia, água, líquidos inflamáveis e gases; eliminação das substâncias tóxicas; retirada, proteção e isolamento das canalizações de esgoto e água, de acordo com as normas em vigor; proteção das construções vizinhas; e isolamento da área; Demolição considerando: <ul style="list-style-type: none"> uso de equipamento adequado e de EPIs; segregação e armazenamento provisório do entulho; e umedecimento do entulho. 	<ul style="list-style-type: none"> Nenhum acidente durante a demolição; Tendência decrescente no número de não conformidades apontadas nas inspeções ambientais periódicas; e Capacitação de todos os empregados da obra em saúde e segurança no trabalho, educação ambiental, limpeza e qualidade ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Destinação adequada de todo resíduo da demolição; Limpeza da obra Número de acidente de trabalho com gravidade; Nenhum dano ambiental de gravidade; e Número de não conformidades apontadas.

Quadro N° 1: Marco Lógico do SGA (Continuação)

	Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Indicadores
IMPLANTAÇÃO	Recuperação de Áreas Degradadas.	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de procedimentos destinados a adequada utilização e recuperação dos canteiros de obras, das áreas de empréstimos e dos bota-foras. 	<ul style="list-style-type: none"> Licenciamento ambiental; Preparação prévia das áreas, visando sua futura recuperação, considerando: <ul style="list-style-type: none"> a separação e armazenamento adequado do solo orgânico; a regularização da drenagem; o controle da erosão; a sinalização adequada; a regularização do terreno e reposição do solo orgânico após o uso da área; a configuração geométrica compatível com a topografia adjacente; e outros. 	<ul style="list-style-type: none"> Adequada recuperação ambiental das áreas degradadas pelas obras do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas degradadas recuperadas e aprovadas pelo órgão ambiental.
	Saúde e Segurança do Trabalhador e Meio Ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de diretrizes de Segurança do Trabalho a serem seguidas pela Construtora que, diretamente com seu pessoal ou com terceiros contratados sob sua responsabilidade, desempenhem funções nas obras do Programa. 	<ul style="list-style-type: none"> Diretrizes para: <ul style="list-style-type: none"> o acesso ao canteiro de obras; o comunicação prévia à DRT; o treinamento de segurança; o inspeção de segurança; o comunicação de acidentes; o suspensão trabalho inseguro; o segurança em geral; o transporte de materiais; o inspeção de segurança; o armazenamento e manipulação de materiais; o armazenamento de inflamáveis, corrosivos e produtos tóxicos; os tipos e uso de ferramentas; o uso de escadas e rampas; as escavações; o escoramento; o inspeção de equipamentos; o armazenamento e manipulação de cilindro de gases; os cuidados com o sistema elétrico; o isolamento das áreas trabalho; o instalação de andaimes; o treinamento e desenvolvimento; a análise de risco; a interdição e notificação de segurança; a fiscalização; e outros. 	<ul style="list-style-type: none"> Nenhum acidente durante as obras. 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de notificações de acidentes de trabalho.

Quadro Nº 1: Marco Lógico do SGA (Continuação)

Delineamento	Objetivos	Atividades	Metas	Indicadores
--------------	-----------	------------	-------	-------------

IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO	Garantir a gestão de riscos de desastres naturais nas áreas contempladas pelo Programa.	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar o Programa de instrumentos que garantam melhor gestão dos riscos de desastres naturais, de forma que a prefeitura e suas autarquias possam responder em caso de eventos extremos, reduzindo perdas humanas e prejuízos socioambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar a prefeitura e suas autarquias para responder em caso de inundações, considerando as seguintes medidas: <ul style="list-style-type: none"> ○ definir e aparelhar equipe de defesa civil para o atendimento rápido e eficiente em caso de desastres naturais; ○ manutenção do sistema de drenagem urbano; ○ mapeamento e manutenção de uma base de dados sobre as áreas de risco; e ○ elaboração de um sistema de atuação emergencial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de 100% da equipe da defesa civil; • mapeamento de todas as áreas de risco; • reduzir a zero as perdas humanas; e • reduzir ao máximo os prejuízos socioambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação da equipe da defesa civil;
	Garantir o combate de incêndio nas áreas do Programa.	<ul style="list-style-type: none"> • Enquadrar as áreas dos conjuntos habitacionais às normas de proteção contra incêndio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de equipamentos, materiais e treinamento necessários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento anual dos responsáveis pela segurança; e • Nenhuma ocorrência grave de incêndio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de pessoas capacitadas no combate de incêndios; • Número de incêndios evitados e controlados.

III.5. Cumprimento das Exigências Legais e Institucionais

a) A Legislação Ambiental

O atendimento às exigências da legislação ambiental, com foco na manutenção do equilíbrio ecológico e considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo e a melhoria da qualidade de vida é apresentado como diretrizes do Código Municipal de Meio Ambiente de João Pessoa.

Com base no Código Municipal, no que se refere às questões legais e sociais, as obras do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável de João Pessoa deverão atender à legislação ambiental nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, além das políticas socioambientais do BID.

Especial atenção também deve ser dada aos instrumentos voltados à urbanização, à qualidade ambiental, ao controle das obras e à saúde e segurança do trabalhador, à manutenção das áreas verdes e da arborização urbana.

No Brasil, a proteção ambiental é uma obrigação constitucional. O artigo Nº 225 da Constituição Federal de 1988 assegura o direito de todos os cidadãos a um ambiente ecologicamente equilibrado, fixa a responsabilidade do Poder Público e da coletividade de assegurar esse direito e lista os instrumentos a serem utilizados para garanti-lo. Para grandes projetos, a obrigatoriedade da elaboração do EIA encontra-se no parágrafo 1º, inciso IV: “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”. Antes da Constituição de 1988, porém, a Lei Federal Nº 6.938 de 31/08/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, já criava a estrutura legal e institucional para a sua implementação, definindo as responsabilidades das diversas instituições encarregadas de sua aplicação. Esta Lei estabelece, no Artigo 4º, inciso I, que se visará à compatibilidade do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

A Política Nacional do Meio Ambiente é coordenada, a nível federal, pelo Ministério do Meio Ambiente. À sua subordinação está o CONAMA, de caráter consultivo e deliberativo, que é responsável pela fixação das normas e padrões ambientais. Além de fixar os padrões ambientais e os limites de emissão de poluentes, estabelece os requisitos gerais para o licenciamento ambiental.

Os órgãos de controle ambiental estaduais, e alguns municipais, são os encarregados da efetiva aplicação destas normas, podendo, para isto, estabelecer normas específicas para o licenciamento ambiental, bem como fixar padrões ambientais mais restritos em suas áreas de jurisdição. Portanto, no Brasil o sistema de licenciamento ambiental se aplica a todas as atividades econômicas com potenciais consequências ambientais. O sistema se define como o processo de acompanhamento sistemático destas consequências e se desenvolve desde as etapas iniciais do planejamento da atividade até o final de sua realização, por meio da emissão de três licenças ambientais⁴.

A competência para o licenciamento ambiental é dos órgãos estaduais de meio ambiente, que também podem estabelecer normas específicas de licenciamento. O órgão estadual pode, ainda, delegar o licenciamento de atividades com impactos locais, localizados e de menor importância aos órgãos municipais, por meio de convênio ou outro instrumento legal específico, desde que exista no município uma estrutura administrativa adequada, com profissionais competentes, que atue dentro do marco legal ambiental municipal e, também, conte com um Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Todos os componentes do Programa passíveis de licenciamento ambiental prévio incluem-se nas esferas de competência estadual (Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA) ou municipal (Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM), dependendo das suas características, seus impactos e suas localizações. No âmbito estadual, a instituição responsável pelo controle, fiscalização e licenciamento ambiental é a SUDEMA, criada em 1978. Tem como atividades o licenciamento ambiental de acordo com as Resoluções do CONAMA pertinentes, além do desenvolvimento de ações políticas de proteção, prevenção e educação ambiental. Por sua vez, a Deliberação Nº 3458/13 do Conselho de Proteção Ambiental (COPAM) estabeleceu as competências municipais para o licenciamento ambiental e, desta forma, o Estado licenciara os projetos com impacto local em que o município não possui estrutura para exercer o licenciamento.

No caso específico do Programa, o licenciamento de cada projeto, individualmente, deverá ser discutido entre a SUDEMA e SEMAM e realizado mediante instrumento de convênio ou termo de cooperação técnica.

O RAA a ser elaborado pela UEP deverá ser o instrumento de básico para o licenciamento ambiental das obras do Programa que, em decorrência das suas características estruturais, arquitetônicas e locacionais não deverá ser exigido, pelos órgãos ambientais, a elaboração de Estudos de Impacto Ambientais (EIAs) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs) específicos.

Além do anteriormente exposto, as obras do Programa deverão, ainda, atender à seguinte legislação específica:

- Decreto Nº 6499/09, Plano Diretor de João Pessoa;
- Lei Nº 9.433/1997, “Lei das Águas”, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH);
- Lei Nº 12.651/2012, que institui o Código Florestal Brasileiro;
- Lei Nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC);
- Lei Nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos;
- Lei Nº 11.445/2007, que define o Marco Regulatório para o setor de saneamento básico;
- Resolução CONAMA Nº 001/86, que define os critérios básicos e as diretrizes para o EIA/RIMA e o licenciamento de atividades com significativos impactos ambientais;
- Resolução CONAMA Nº 237/97, que estabelece os níveis de competência federal, estadual e municipal para todo o território nacional, de acordo com o impacto ambiental, além das

⁴ Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997.

- competências para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras ou capazes de causar significativo impacto ambiental;
- Resolução CONAMA Nº 307/2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
 - Resolução CONAMA Nº 003/1990, que define os padrões de qualidade do ar;
 - Resolução CONAMA Nº 420/2009, que define os critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e as diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias;
 - Resolução CONAMA Nº 357/2005, que define os padrões de qualidade da água frente ao lançamento de efluentes e a classificação dos corpos d'água superficiais;
 - Lei Complementar de 29 de agosto de 2002, que institui o Código Municipal de Meio Ambiente do Município de João Pessoa;
 - Lei Complementar nº 07, de agosto de 1995, que institui o Código de Posturas do Município;
 - Decreto Nº 4.333/ 2005, que regulamenta o Processo Administrativo Ambiental;
 - Decreto Nº 4.793/2003, sobre a Poluição Sonora;
 - Decreto Nº 4.691/2002, sobre Licenciamento Ambiental;
 - Lei Nº 12.101/ 2011, que institui o Sistema Municipal de Áreas Protegidas – SMAP;
 - Lei Nº 11.176/2007, sobre os Resíduos da Construção Civil;
 - Lei Nº 1.705/2012, sobre o controle de destino de óleos lubrificantes;
 - Decreto Nº 4.691/2002, que regulamenta o Licenciamento Ambiental, a Avaliação dos Impactos Ambientais, as Audiências Públicas e o Cadastro Técnico de Atividades Poluidoras ou Degradadas, do Código Municipal de Meio Ambiente – complementado pela Lei Complementar Nº 029/2002;
 - Lei 8.465/1997, que adota medidas de incentivo à revitalização do Centro Histórico do Município de João Pessoa, como isenção ou desconto no IPTU;
 - Decreto Nº 5.296/2004, que dispõe sobre a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida;
 - Lei Nº 12.352/2012, que dispõe sobre os serviços de bombeiros civis e fixa exigências de segurança para estabelecimentos ou eventos de grande concentração pública;
 - NBR Nº 9.050/2004, referente à acessibilidade à edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
 - NBR Nº 7.678/1983, procedimentos de segurança na de obras e serviços de construção;
 - NR-MTE Nº 04, que dispõe sobre os serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho;
 - NR-MTE Nº 06, que dispõe sobre o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI);
 - NR-MTE Nº 07, que dispõe sobre Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCNSO);
 - NR-MTE Nº 09, que dispõe sobre Programas de Prevenção de Riscos Ambientais;
 - NR-MTE Nº 13, que dispõe sobre Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações;
 - NR-MTE Nº 18, que dispõe sobre as Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção; e

b) Políticas e Diretrizes do BID

Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)

De acordo com a Diretriz B3 da OP-703 do BID o Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável de João Pessoa (BR-L1421) é classificado na Categoria “A”, isto é, operação que tenha potencial de causar impactos ambientais negativos significativos e efeitos sociais associados, ou implicações profundas que afetem os recursos naturais. Tais operações requerem uma Avaliação de Impacto Ambiental (EIA) quando se trata de projetos de investimento,

ou outros estudos ambientais como Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE) para os programas ou operações financeiras que envolvam planos e políticas.⁵

Os impactos do Programas foram identificados e sua mitigação é conhecida se forem aplicadas as metodologias de controle ambiental das obras, gestão e monitoramento socioambiental. Os decorrentes da implantação do Programa são apresentados detalhadamente no Quadro de Impactos do Programa, integrante do Manual do SGA.

Sendo Programa classificado na Categoria A, de acordo com a Diretriz B.6. da OP-OP-703 são necessárias pelo menos duas consultas com as comunidades direta e indiretamente afetadas. O Quadro Nº 2 apresenta as consultas públicas realizadas.

Quadro Nº 2: Consultas públicas realizadas

ATIVIDADE	DATA
1. Consulta Pública para o Plano Diretor de Reassentamento e Relocalização (PDRR)	14/Março/2017
2. Consulta Pública para o Relatório de Avaliação Ambiental do Programa (RAA)	07/Abril/2017
1. 2ª Consulta Pública para o PDRR	23/Maio/2017
2. 2ª Consulta Pública para o RAA do Programa	08/Maio/2017
3. Consulta Pública para o PERR do Conjunto Habitacional Vista Alegre	09/Março/2017
4. Consulta Pública para o PERR do Conjunto Habitacional Colinas de Gramame	15/Março/2017
5. 1ª Consulta Pública para o PERR do Conjunto Habitacional Saturnino de Brito	14/Março/2017
6. 2ª Consulta Pública para o PERR do Conjunto Habitacional Saturnino de Brito	18/Maio/2017
7. Consulta Pública para o PERR do Conjunto Habitacional São José	15/Maio/2017
8. Consulta Pública para o RAA do Conjunto Habitacional Vista Alegre	08/Maio/2017
9. Consulta Pública para o RAA do Conjunto Habitacional Saturnino de Brito	08/Maio/2017
10. Consulta Pública para o RAA do Conjunto Habitacional São José	08/Maio/2017

Um resumo do cumprimento das diretrizes e salvaguardas da OP-703 é apresentado no Quadro Nº 3.

Política de Política de Riscos e Desastres Naturais (OP-704)

São identificados como desastres naturais pela OP-704 os terremotos, maremotos, furacões, erupções vulcânicas, inundações, secas, epidemias, incêndios florestais e erosão e deslizamentos, bem como uma combinação entre eles, além dos acidentes que afetam negativamente a produção econômica e o meio ambiente, como explosões, derramamento de produtos químicos etc.

O Brasil não é um país com desastres de grande magnitude, uma vez que as atividades tectônicas e vulcânicas são limitadas ou nulas. Os desastres naturais estão restritos aos deslizamentos de terra, às inundações decorrentes das chuvas torrenciais, aos vendavais e à seca, sobretudo no Nordeste, com consequências significativas para a população e as estruturas localizadas nas zonas de risco. Tais zonas de risco normalmente coincidem com os bolsões de pobreza, uma vez que a população urbana marginalizada se concentra nas áreas remanescentes disponíveis. O controle das inundações é um dos objetivos do Programa e será possível graças à implantação dos programas de microdrenagem.

Política Operacional sobre Igualdade de Gênero no Desenvolvimento (OP-761)

Primeiramente, há que se considerar que o Programa apresenta um incontestável benefício às mulheres, pelo cumprimento do seu próprio objetivo de melhoria da urbanização e qualidade de vida.

⁵ Em atendimento à Diretriz B.3. da OP-703 foram elaborados os seguintes documentos que se encontram no site da Prefeitura Municipal de João Pessoa (<http://www.joaopessoa.pb.gov.br>): i) Relatório de Avaliação Ambiental (RAA); ii) Plano de Ação João Pessoa Sustentável; iii) Mitigação de Mudanças Climáticas – Estudo 1 – Relatório Final; iv) Vulnerabilidade e Riscos Naturais – Estudo 2 – Relatório Final; e iv) Crescimento Urbano – Estudo 3 – Relatório Final.

Como enfoque de gênero, há que se considerar que o Programa identificará oportunidades proativas para promover a igualdade de gênero nos seus dois Componentes. Assim, o desenho das atividades do Programa assegura a redução das diferenças no acesso da população beneficiada, sobretudo em relação às unidades habitacionais.

Política sobre a Disponibilidade de Informação (OP-102)

A Política sobre a Disponibilidade de Informações deverá ser atendida de acordo com o que estabelece os seus princípios: i) se não existem razões imperiosas para guardar a confidencialidade, as informações do Banco deverão estar a disposição do público, bem como suas atividades; ii) acessibilidade à informação pública da instituição; iii) disponibilidade da informação ao público no tempo e na forma apropriados para melhorar a transparência e, ainda, a qualidade das atividades do Banco; iv) determinação final, pelo Banco, sobre a informação que poderá ser colocada a disposição do público; v) considerar que as decisões definitivas atinentes ao Banco, suas políticas operativas e seus projetos e programas, correspondem ao Banco e à Prefeitura Municipal de João Pessoa; e vi) a disponibilidade de informação para o público não deverá ser interpretada como uma renúncia expressa ou implícita aos privilégios e imunidades acordados com o Banco, em virtude de convênio constituído do Banco, ou das leis brasileiras e, em particular, aos que interessem à inviolabilidade dos arquivos da instituição.

Em atendimento à essa Política, todos os documentos do Programa estão disponibilizados no site <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>.

Quadro Nº 3: Cumprimento das diretrizes de salvaguardas da OP-703

DIRETRIZ DA OP-703	DESENCADEADA COM O PROGRAMA	MEDIDAS/SALVAGUARDAS
B1- A operação deve cumprir com as Políticas do Banco.	– Recomendação de Critérios de Elegibilidade Ambiental (CEA) que contemplam os procedimentos de controle ambiental de obras.	<ul style="list-style-type: none"> – A UEP deverá incorporar nos contratos de obras os procedimentos de controle ambiental de projetos e obras, que serão exigidos para a liberação dos recursos. – Os procedimentos de controle ambiental de projetos e obras deverão ser incluídos no memorial descritivo dos projetos do Programa. – Critérios de Elegibilidade Ambiental incluídos no Contrato de Empréstimo.
B.2- Cumprimento da legislação ambiental.	– Reuniões com representantes da UEP, SEMAM e SUDEMA sobre o atendimento da legislação.	– Além do cumprimento da legislação ambiental, com destaque às exigências estaduais e municipais para as obras civis em áreas urbanizadas, uma série de leis, decretos e normas técnicas de qualidade de obra e controle ambiental deverá ser exigida pelo BID e UEP.
B.3- Classificação da Operação de acordo com os impactos.	– Programa classificado na Categoria A	– Elaborados o Relatório de Avaliação Ambiental (RAA), Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) e Sistema de Gestão Ambiental (SGA).
B.4- Outros fatores de risco.	– Análise dos riscos ambientais decorrentes das obras, da capacidade de gestão ambiental da UEP/PMM, dos riscos sociais e da vulnerabilidade a danos ambientais.	<ul style="list-style-type: none"> – Os impactos socioambientais potenciais significativos associados aos projetos do Programa são considerados de pequena magnitude, localizados e poderão ocorrer nas fases de construção e operação, podendo ser controlados e mitigados com procedimentos de qualidade e controle ambiental das obras e procedimentos de saúde e segurança do trabalhador da área de saúde. – No que se refere à gestão ambiental das obras, será assegurada a inserção de medidas e cuidados ambientais nos projetos básicos e executivos. Essas medidas, juntamente com seus custos, normas e especificações, deverão ser incluídas no orçamento dos projetos e, na sequência, nos editais de licitação das obras; – As medidas mitigadoras deverão subsidiar a definição dos Critérios de Elegibilidade Ambiental das obras; e – Será implementado o SGA com a participação de todos os envolvidos direta e indiretamente com o Programa.

Quadro Nº 3: Cumprimento das diretrizes de salvaguardas da OP-703 (Continuação)

DIRETRIZ DA OP-703	DESENCADEADA COM O PROGRAMA	MEDIDAS/SALVAGUARDAS
B.5- Requisitos da avaliação ambiental.	– Elaboração do RAA, MGAS, SGA, PCAO e CEA (anexo do ROP).	– Foram elaborados o RAA, que inclui o MGAS com os programas e procedimentos de controle ambiental das obras. Estes documentos serão incorporados aos Critérios de Elegibilidade Ambiental do Regulamento Operacional do Programa; – Será implementado o SGA; – As Empreiteiras das obras desenvolverão o PCAO.
B.6- Consultas com as partes afetadas.	– Sendo da Categoria A, tornam-se necessárias consultas com as comunidades direta e indiretamente afetadas.	– As obras do Programa estão em conformidade com as políticas públicas e com os planos e programas setoriais que as concretizam. Estes planos e programas são discutidos com a comunidade e são de conhecimento público; e – O RAA foi apresentado em consultas públicas, conforme apresentado no Quadro Nº 2.
B.7- Supervisão e cumprimento.	– Discussão sobre o sistema de gestão ambiental a ser adotado no Programa, incluindo cláusulas contratuais com exigências ambientais.	– Será implementado o SGA; – As exigências ambientais dos projetos serão tratadas com o mesmo rigor técnico e gerencial das exigências de engenharia. Assim, as atividades relativas ao controle ambiental deverão ser parte integrante da mesma planilha de custos e cronograma físico do projeto, além de motivo de apontamento no diário de obra, no caso de irregularidade, e objeto de medição e pagamento.
B.10 - Materiais perigosos	– Durante o desassoreamento da margem e a limpeza da APP da orla lagunar serão gerados materiais contaminados.	– Estabelecimento de procedimentos de coleta, transporte e disposição de material (solo) contaminado.
B.17 – Aquisições	– Análise dos processos de aquisições de bens e serviços fiscalizados pela UEP.	– A aquisição de bens e serviços de maneira ambiental e socialmente sustentáveis, consistente com os princípios de economia e eficiência. – Inclusão de exigências específicas nos editais de licitação.

Obs.: As demais Diretrizes de Salvaguarda da OP-703 não se aplicam.

IV. IMPLEMENTAÇÃO DO SGA

IV.1. Execução do Programa

A execução do Programa está a cargo da Unidade Executora do Programa (UEP), diretamente subordinada ao Gabinete do Prefeito do Município de João Pessoa, conforme arranjo institucional apresentado na Figura Nº 1.

a) UEP

A UEP (Figura Nº 2) deverá ser composta por: i) uma Coordenação Geral; ii) uma Coordenação Executiva; iii) uma Coordenação de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Gestão da Cidade; iv) uma Coordenação de Fortalecimento da Gestão Pública; v) uma Coordenação Administrativa Financeira; vi) uma Coordenação de Aspectos Ambientais; vii) uma Coordenação de Aspectos Sociais; viii) e uma Coordenação de CCC.

A UEP deverá, ainda, contar com três áreas de apoio subordinadas à Coordenação Executiva, quais sejam: i) Apoio ao Gerenciamento; ii) Comissão Especial de Licitações; e iii) Apoio Administrativo. Para a comunicação social do Programa, a UEP deverá contar com a Comunicação Social da PMJP, que se reportará diretamente à Coordenação Geral.

Prevê-se, Também, a contratação de uma empresa de consultoria para apoio ao gerenciamento das ações do Programa e supervisão das obras, com o objetivo de prestar apoio técnico-operativo e disponibilizar profissionais especialistas nos temas afetos a cada um dos componentes e temas abrangidos.

Com relação à gestão socioambiental, além dos Coordenadores dos Aspectos Ambientais e dos Aspectos Sociais, deverão ser contratado pelo menos mais um especialista (um em meio ambiente e um em sócio-economia) para estas Coordenadorias. Da mesma forma, a consultoria que dará apoio ao gerenciamento das ações do Programa e supervisão das obras também deverá contar como pelo menos um especialista em meio ambiente e um em sócio-economia. Há que se considerar, ainda, que se a Secretaria do Meio Ambiente tiver um representante no SGA do Programa, a UEP poderá contar com pelo menos mais um especialista em meio ambiente para o apoio na gestão ambiental das obras do Programa.

A gestão ambiental e social está inserida no Sistema de Gestão do Programa, cabendo à UEP a responsabilidade de sua implementação e condução, por meio da Coordenação de Aspectos Ambientais. Esta Coordenação deverá ser responsável por verificar e assegurar que as atividades relacionadas à execução das obras do Programa sejam realizadas em conformidade com a legislação ambiental, as condicionantes das licenças ambientais e os requisitos contidos no Relatório de Gestão Ambiental e Social (RGAS)⁶ e no Plano de Controle Ambiental de Obras (PCAO)⁷. Deverá, também, coordenar a implementação do SGA.

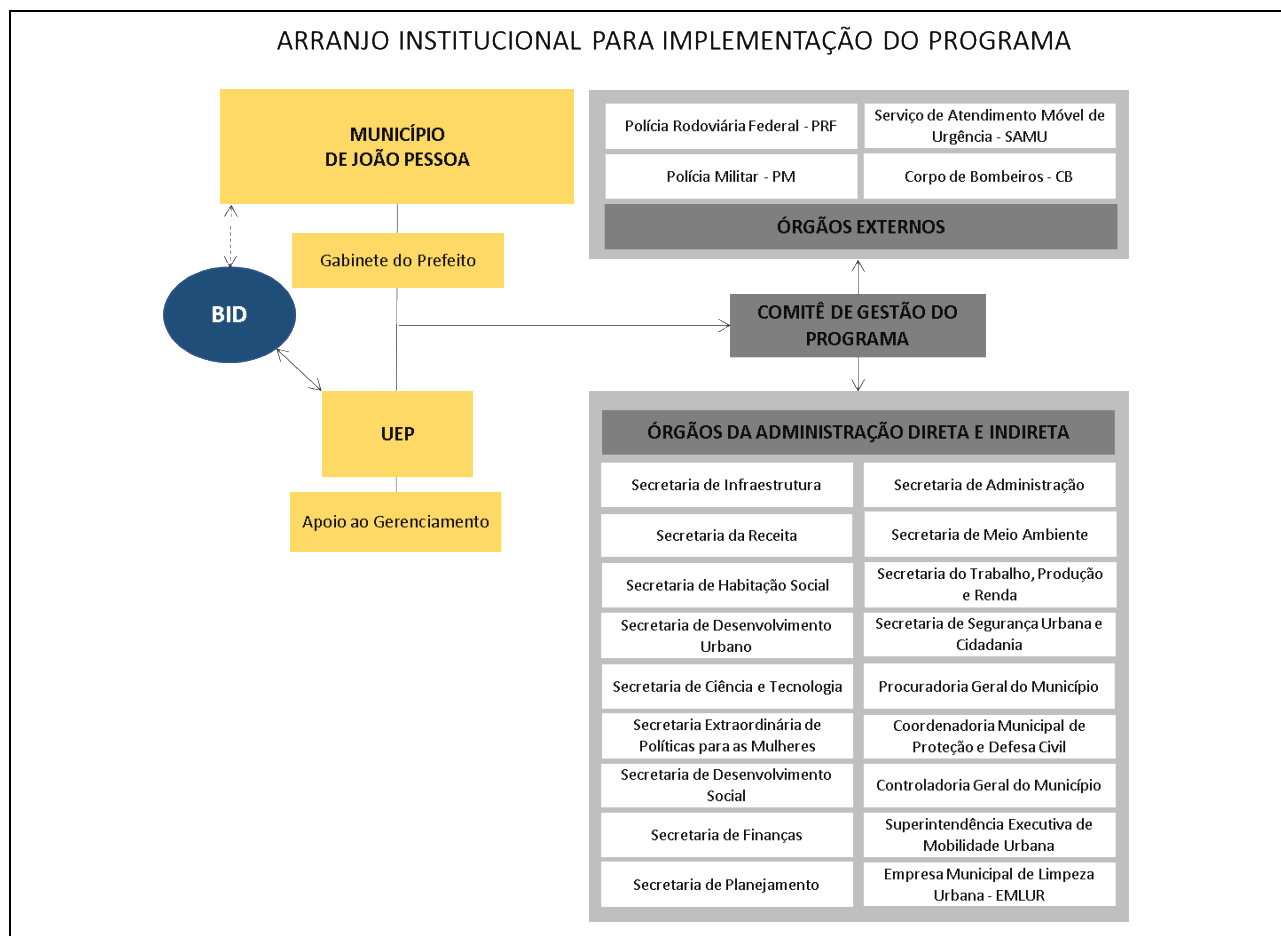


Figura Nº 1: Arranjo Institucional para Implantação do Programa.

⁶ Incluído no RAA.

⁷ O PCAO é elaborado pela empresa construtora antes do início das obras.

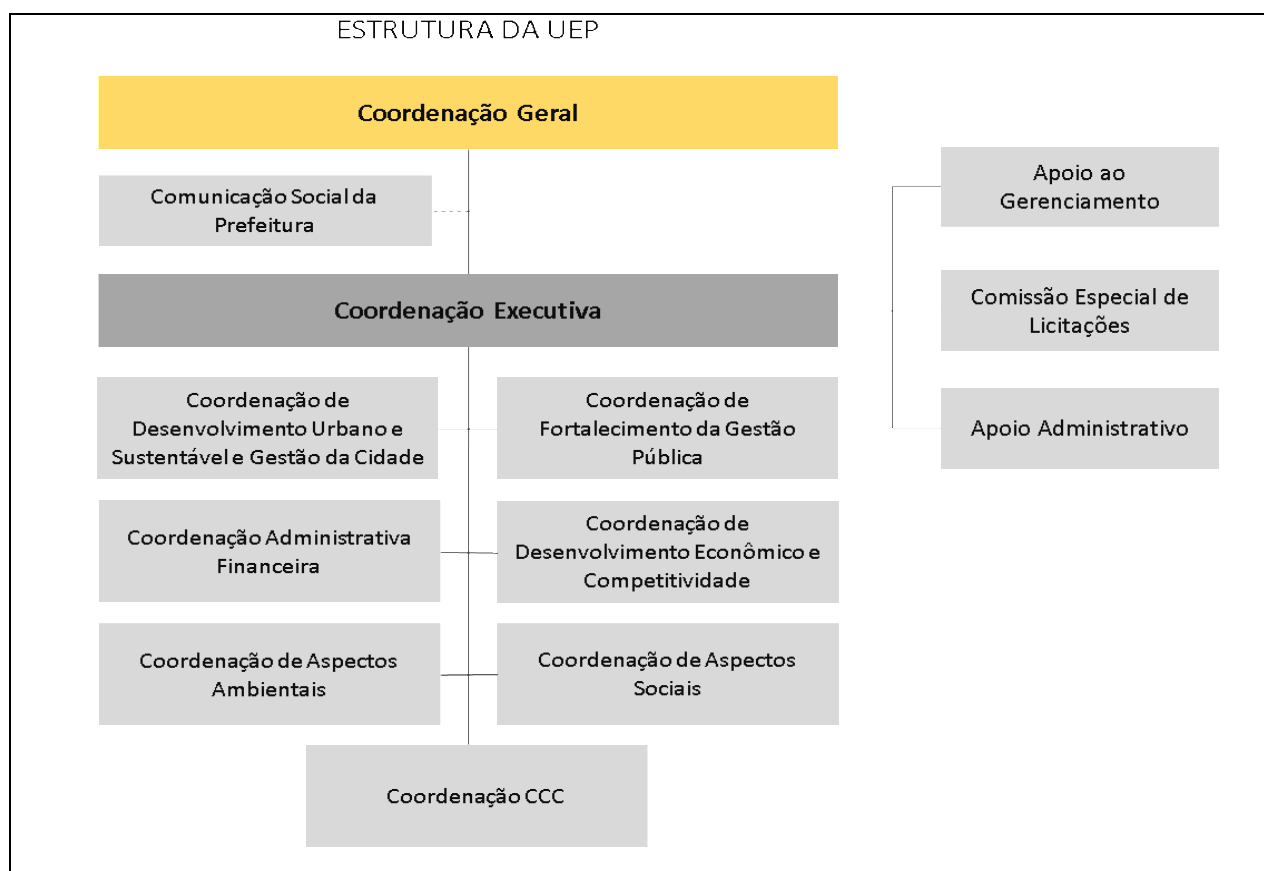


Figura Nº 2: Arranjo Institucional para UEP.

b) Funções Específicas dos Especialistas em Meio Ambiente da Coordenação dos Aspectos Ambientais

No que se refere à implementação do SGA, o especialista em meio ambiente da UEP deverá:

- assessorar as equipes da UEP na incorporação dos critérios socioambientais no planejamento e nos projetos do Programa;
- coordenar o desenvolvimento dos procedimentos e formulários do SGA, necessários ao cumprimento da legislação, das condicionantes das licenças ambientais e das políticas do BID e consequente implantação das obras com qualidade e sustentabilidade ambiental;
- monitorar o cumprimento da legislação ambiental e das políticas socioambientais do BID, informando a Coordenação Geral da UEP;
- propor à Coordenação Executiva da UEP, normas e procedimentos socioambientais necessários à melhoria da qualidade ambiental dos empreendimentos;
- avaliar o cumprimento dos procedimentos, dos formulários e das metas do SGA;
- apontar os elementos técnicos ambientais para a tomada de decisões no âmbito da UEP;
- propor os programas de capacitação ambiental necessários ao cumprimento dos procedimentos socioambientais do SGA;
- fornecer informação e contribuir com o aprimoramento do Sistema de Gestão do Programa;

- elaborar relatórios periódicos que também serão encaminhados ao BID, contendo pelo menos os seguintes itens: i) as principais atividades desenvolvidas no período; ii) o detalhamento do andamento e da situação das ações socioambientais; iii) as justificativas, quando couber, das alterações ocorridas nos procedimentos socioambientais e cronogramas; iv) o cronograma executivo atualizado; v) os aspectos relevantes da implantação dos programas/procedimentos socioambientais; vi) as ocorrências apontadas como não-conformidades e registradas no diário de obras; e vii) as conclusões e recomendações. Esses relatórios poderão integrar os Relatórios Semestrais de andamento do Programa, habitualmente enviados para a análise do BID.
- demais atividades ambientais próprias do seu âmbito.

IV.2. Objetivos e Metas do SGA

a) Objetivos

Os objetivos do SGA são:

- assegurar que os projetos, as atividades, os processos e os serviços do Programa sejam conduzidos considerando as melhores práticas ambientais;
- atendimento às exigências contratuais e legais;
- mitigação dos impactos socioambientais e controle ambiental;
- conservação ambiental; e
- prevenção de acidentes e doenças operacionais.

b) Metas

Para o cumprimento dos objetivos e metas (Quadro N° 1) foram criados procedimentos baseados nos programas de mitigação de impactos e controle ambiental do MGAS (incluído no RAA), na legislação ambiental, nas condicionantes das licenças ambientais e nas políticas socioambientais do BID, com definição das responsabilidades, dos meios e prazos necessários para alcançá-las. Estes procedimentos são apresentados no Manual do SGA.

No SGA também são considerados os documentos de gestão socioambiental e os estudos socioambientais realizados para o cumprimento da OP-703 e OP-710 (Política de Reassentamento Involuntário), ambas do BID, e o processo de licenciamento, como, por exemplo, o MGAS, ROP, PCAO e os estudos ambientais que poderão ser exigidos pelos órgãos ambientais.

O acompanhamento dos objetivos também é uma ferramenta de monitoramento das atividades dos programas socioambientais de obras, visando a avaliação da sua eficácia em relação controle dos impactos ambientais.

V. TREINAMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E COMPROMETIMENTO

V.1. Treinamento e Conscientização

A UEP deverá assegurar que todos os seus funcionários e as demais pessoas que para ela trabalhem possuem competência, com base em treinamento e experiência, para o desenvolvimento de atividades com potencial de causar impactos ambientais significativos identificados no âmbito do Programa (Quadro de Impactos do Programa – Anexo do

Manual do SGA). Estará a cargo da UEP a manutenção de um histórico de treinamentos, de experiências e conscientização ambiental dos seus funcionários, bem como da consultoria contratada para apoio ao gerenciamento das ações do Programa e supervisão das obras.

Assim, a UEP deverá identificar a necessidade de treinamento e, conseqüentemente, desenvolver processos de capacitação para os funcionários das instituições participantes do SGA, para que estes adquiram consciência sobre as políticas, os planos, as estratégias, os programas os projetos e as atividades que possam gerar impactos sobre o meio ambiente e a sociedade. Nesse sentido, devem estabelecer e manter em dia os procedimentos de conscientização dos funcionários no que se refere aos seguintes aspectos:

- a importância do cumprimento das políticas ambientais e dos procedimentos do SGA;
- os impactos socioambientais significativos e potenciais de suas atividades e os benefícios de um melhor comportamento profissional para o meio ambiente;
- a contribuição de cada funcionário para alcançar os objetivos do Programa;
- suas funções e responsabilidades no cumprimento da política e dos procedimentos ambientais, bem como os requisitos do SGA do Programa;
- os impactos socioambientais significativos, reais e potenciais, das atividades do Programa; e
- as conseqüências potenciais do não cumprimento dos procedimentos do SGA.

Por outro lado, o pessoal responsável pela implementação do SGA, para prevenir que os projetos e as obras do Programa não causem impactos socioambientais negativos, devem ter competência profissional adequada, com base em uma educação, formação e experiência apropriadas. Caso contrário, deverá ser definida uma estratégia de formação progressiva para o pessoal existente, de forma que em curto período de tempo possam executar suas funções ambientais de maneira efetiva.

Por sua vez, as atividades de conscientização devem incluir reuniões periódicas, encontros e treinamento, além da distribuição de folders e fixação de cartazes, quando necessário. Todos os treinamentos e reuniões realizados no âmbito do SGA e nas obras do Programa devem ser registrados em lista de presença (Formulário F.G.03 - Lista de Presença - Manual do SGA).

V.2. Comprometimento

O desenvolvimento, a implementação e a manutenção eficaz e eficiente do SGA depende da liderança, do comprometimento e do envolvimento do Coordenador da UEP e de seus colaboradores, evidenciados por meio:

- do estabelecimento da política e dos objetivos do SGA;
- da comunicação, no âmbito do Programa, da importância do atendimento das exigências contratuais e legais, considerando:
 - os requisitos de conformidade dos produtos e atividades relativas aos projetos;
 - a conservação do meio ambiente;
 - a saúde e segurança do trabalhador;
 - a responsabilidade social;
 - a condução de análises críticas periódica para avaliar a eficácia do SGA; e

- a alocação dos recursos necessários.

V.3. Comunicação Interna

A UEP deverá estabelecer as diversas formas de comunicação interna eficaz, visando o envolvimento direto dos funcionários com o SGA. As principais são:

- no Sistema de Gerenciamento do Programa;
- nos murais dos escritórios da UEP e das empresas construtora e de apoio ao gerenciamento e supervisão de obras;
- nas reuniões com as equipes;
- nos registros no Diário de Obras; e
- nas correspondências formais.

V.4. Comunicação Externa

A UEP deverá estabelecer diversas formas para se comunicar com a comunidade beneficiária pelo Programa de maneira eficaz. As principais são:

- atendimento telefônico para o esclarecimento de dúvidas; e
- folders sobre as atividades do Programa que interferem diretamente com a comunidade, sobretudo na fase de implantação das obras.

VI. IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS E ASPECTOS AMBIENTAIS

VI.1. Identificação dos Processos

A sequência e interação dos processos de implementação dos projetos e das obras do Programa são definidas de acordo com a Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID (OP-703) e estão descritas no fluxograma apresentado a seguir (Figura Nº 3).

VI.2. Identificação dos Aspectos e Impactos Ambientais

No Programa de Urbano Integrado e Sustentável de João Pessoa os aspectos ambientais de seus componentes e suas atividades, produtos e serviços que podem gerar impactos significativos ao meio ambiente e à comunidade são identificados por meio da Quadro de Impactos do Programa, que deverá ser reavaliado periodicamente, sempre que forem identificadas necessidades de ajustes ou impactos não previstos.

No que se refere ao cumprimento da legislação ambiental, compete à UEP o levantamento e a atualização da legislação ambiental que deve ser atendida pelo Programa.

--

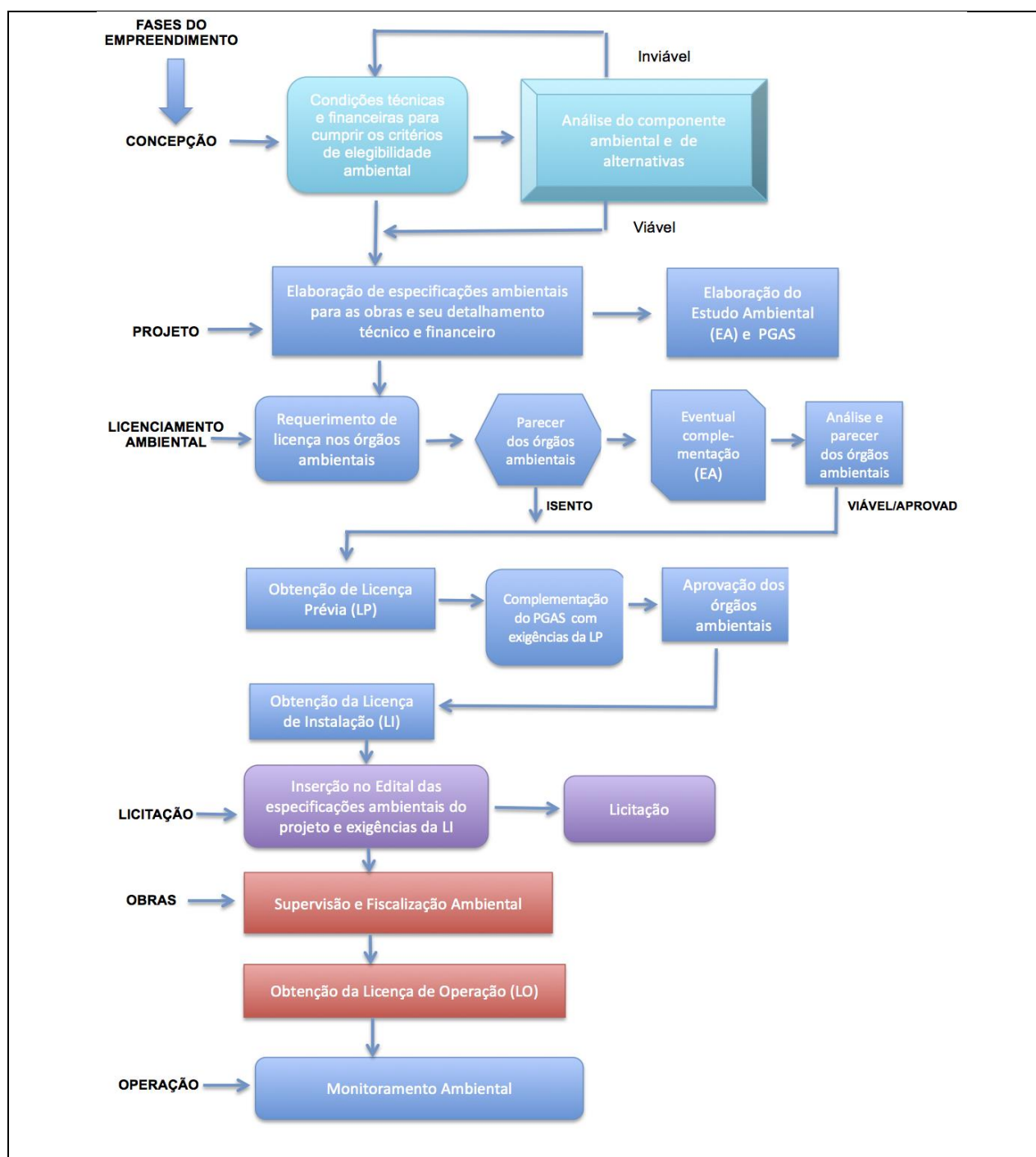


Figura N° 3: Fluxograma de Procedimentos Ambientais do Programa.

VII. PLANEJAMENTO

VII.1. Planejamento do SGA

O planejamento do SGA deve ocorrer de forma a assegurar a qualidade ambiental do Programa, o cumprimento da legislação ambiental e a implementação da OP – 703 do BID. Há que se considerar, também, que a integridade do SGA deve ser mantida sempre que mudanças planejadas ocorrerem.

Neste planejamento, devem ser considerados basicamente os seguintes aspectos:

- objetivos do SGA e metas estabelecidos pela UEP;
- necessidades e expectativas definidas pelas partes interessadas e relacionadas ao meio ambiente, saúde e segurança;
- identificação dos processos, das informações e dos recursos necessários à implementação do SGA;
- identificação dos requisitos legais aplicáveis;
- identificação dos aspectos socioambientais e riscos relacionados à saúde e segurança do trabalho, decorrentes das atividades do Programa;
- determinação dos critérios, métodos e controles necessários para assegurar a eficácia do SGA;
- definição da documentação necessária para assegurar a eficácia e conformidade do SGA;
- estabelecimento das ações de monitoramento, medição e análise dos processos relevantes;
- cumprimento dos objetivos e metas e melhoria contínua de desempenho considerando:
 - os resultados de desempenho dos processos e produtos;
 - as oportunidades de melhorias identificadas; e
 - os dados relacionados à análise e avaliação de riscos.

O Manual de Procedimentos do SGA, documento adjunto deste Relatório, contempla todos os procedimentos e formulários do Sistema, divididos em Procedimentos e Formulários Gerais, Procedimentos e Formulários de Obra e Procedimentos de Emergência e Procedimentos.

VII.2. Planejamento e Execução de Obras

A implantação das obras estará a cargo das empresas Construtoras contratadas, selecionadas com base nas suas capacidades em atender os requisitos de qualidade e conservação do meio ambiente, apresentados detalhadamente no edital de licitação e no contrato de construção.

Para garantir o controle dos processos durante as obras, foram estabelecidos os seguintes procedimentos identificados pela sigla P.O.Nº (Procedimentos de Obra Nº), conforme segue:

- P.O.01 – Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra;
- P.O.02 – Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obras;
- P.O.03 – Controle Ambiental da Obra;
- P.O.04 – Gestão de Resíduos da obra;
- P.O.05 – Demolição;
- P.O.06 – Recuperação de Áreas Degradadas; e
- P.O.07 – Saúde e Segurança do Trabalhador e Meio Ambiente.

Na gestão socioambiental das obras são considerados, ainda, os procedimentos de emergência identificados pela sigla P.E.Nº (Procedimento de Emergência Nº), conforme segue:

- P.E.01 – Vazamento de óleo;
- P.E.02 – Acidentes com Animais Peçonhentos;
- P.E.03 – Primeiros Socorros;
- P.E.04 – Programa de Gestão de Riscos de Desastres Naturais (PGRD); e
- P.E.05 – Programa de Combate de Incêndios.

Cada plano de emergência poderá ser adaptado em função de situações específicas de cada obra ou conjunto habitacional. Para implementar e testar os procedimentos de

preparação e resposta à emergência, periodicamente deverão ser realizados treinamentos e simulações dos referidos Planos, com a participação dos possíveis envolvidos.

VII.3. Consulta Pública

No Brasil o processo de avaliação de impacto ambiental é revestido de caráter público. Nesse sentido, a participação social nos projetos desenvolvimentistas ocorre por meio da realização de audiências públicas que balizam o processo decisório sobre a viabilidade ambiental dos projetos e atividades que promovem impactos ambientais. A audiência pública, exigida e regulamentada pelas Resoluções CONAMA Nº 001/87, Nº 003/89 e Nº 237/97, é a forma de consulta pública usual no processo de licenciamento e tem por objetivo a divulgação para a sociedade das informações sobre o projeto e discussão do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que sintetiza as análises e conclusões do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Pelas características das obras do Programa de Urbano Integrado e Sustentável de João Pessoa entende-se que as mesmas podem ser dispensadas do processo de licenciamento ambiental por meio da apresentação de EIA/RIMA. Nesse sentido, não há obrigação legal para a realização de audiências públicas para a divulgação dessas obras ou do Programa como um todo. Há que se considerar, entretanto, as exigências da Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID (OP-703), especificamente com relação à Diretriz B.6., referente às consultas. De acordo com essa Diretriz, como parte do processo de avaliação ambiental, as operações classificadas sob as Categorias A e B requerem consultas públicas com as partes afetadas e se considerarão seus pontos de vista. Para as operações de Categoria A, como é classificado o Programa, deverão ser realizadas com as partes afetadas pelo menos duas consultas públicas, de preferência durante a preparação dos projetos e do Plano de Reassentamento e antes do início das obras.

Em atendimento, à Diretriz B.6. da OP-703 do BID, foram realizadas consultas públicas, conforme apresentado no Quadro Nº 2.

As consultas tiveram como objetivo de esclarecer e informar a comunidade sobre as questões socioambientais decorrentes da implantação das obras, sobretudo no que se refere aos incômodos causados durante as fases de construção e operação. Foram realizadas pela UEP e contaram com os representantes e membros das comunidades dos locais das obras, que foram informadas com antecedência, por meio dos órgãos de imprensa e no site da PMJP, do motivo, local e horário da audiência. Além da apresentação do Programa, das obras e ações previstas, foram apresentados Relatório de Avaliação Ambiental e Social (RAA), os Projetos Específicos de Reassentamento e Relocação de Famílias (PERRs), além do SGA. Nas consultas foram reservados espaços para perguntas, opiniões e comentários por parte da comunidade, que foram registrados em ata, com folha de presença anexa, e serão considerados, quando pertinentes, no planejamento e implantação das obras.

Os estudos ambientais, o PERR, os documentos do SGA e demais análises e documentos relevantes do Programa são disponibilizados ao público de acordo com a Política de Disponibilidade de Informação do BID (OP-102).

A Ata da audiência pública, com lista de presença, fotos, vídeos, documentos, reivindicações por escrito anexados, também devem ser encaminhada ao BID logo após a realização da audiência pública.

VII.4. Operação

Para a fase de operação das áreas e dos conjuntos habitacionais do Programa devem ser utilizados os mesmos procedimentos de gestão de riscos de desastres naturais e de incêndio utilizados na fase de implantação do Programa, P.E.04 e P.E.05 respectivamente,

mudando as siglas de identificação de P.E. Nº para sigla P.Op.Nº (Procedimento de Operação Nº), conforme segue:

- P.Op.01 – Gestão de Riscos de Desastres naturais; e
- P.Op.02 – Incêndio.

VIII. ANÁLISE DE MELHORIA

VIII.1. Inspeções Ambientais

As inspeções ambientais nas obras do Programa deverão ser realizadas pelo menos quinzenalmente, pelos especialistas em meio ambiente da UEP e consultora contratada para o apoio ao gerenciamento e supervisão das obras, com os objetivos de verificar a conformidade da implantação das obras com as exigências do SGA e avaliar, tecnicamente, a implementação dos programas ambientais estabelecidos.

Após a reunião encerramento da Inspeção Ambiental com as empresas apoio ao gerenciamento e supervisão de obras e construtora, na qual serão discutidos os pontos levantados na inspeção, será enviado à Coordenação Executiva da UEP um relatório com os resultados dessas verificações e com as providências que deverão ser tomadas para melhorias.

A Inspeção Ambiental tem duas características: i) a de uma *auditoria ambiental*, onde os programas de mitigação de impacto e qualidade ambiental e o funcionamento do SGA são avaliados, com relação ao cumprimento dos objetivos e procedimentos, ao desenvolvimento das atividades, ao atendimento do cronograma etc.; e ii) a de uma *consultoria técnica*, que inclui a avaliação técnica dos resultados, além de eventuais sugestões de ajustes e retificações na implementação dos programas e cumprimento das exigências ambientais.

O trabalho de inspeção ambiental, por envolver um processo de consultoria participativa, não deve ser qualificado como auditoria do SGA nos moldes definidos pela ISO 14000, uma vez que esta determina que os auditores atuem de forma imparcial e independente. Assim, a Inspeção Ambiental não se caracteriza como uma auditoria independente, que poderá ser solicitada pela UEP e pelo BID.

VIII.2. Análise Crítica do SGA pela UEP

O SGA deverá ser analisado pela UEP trimestralmente, com a participação de todos os participantes do Sistema, de acordo com o desenvolvimento das atividades e o andamento das obras. Os principais objetivos desta análise são assegurar a contínua adequação e eficácia do Sistema e identificar oportunidades de melhoria.

Os seguintes itens deverão ser analisados:

- o resultado das inspeções ambientais;
- o cumprimento dos objetivos, metas e seus indicadores, se for o caso;
- o desempenho ambiental do Programa;
- a adequação dos recursos disponibilizados;
- os resultados das avaliações dos requisitos legais e da OP-703;
- as comunicações feitas às partes interessadas;
- as ações preventivas e corretivas adotadas;
- as ações decorrentes de reuniões anteriores;
- as mudanças que possam afetar o SGA, inclusive legais; e
- a proposição de melhorias.

Os resultados da Análise Crítica da UEP são registrados no F.G.02 (Formulário Geral Nº 2) – Ata de Reunião e divulgados no âmbito da UEP, consultora de apoio ao gerenciamento e supervisão das obras e empresa construtora. O registro da referida análise deve conter:

- relação dos participantes;
- aspectos analisados; e
- comentários e decisões.

A Análise Crítica da UEP deve fornecer os subsídios para a tomada de todas as decisões e ações necessárias à melhoria da eficácia do SGA e dos seus processos, incluindo a definição dos recursos necessários. Os resultados da Análise Crítica devem ser sintetizados em um Relatório de Desempenho Ambiental, a ser encaminhado ao BID.

VIII.3. Melhoria Contínua

A melhoria contínua da eficácia do SGA é realizada por meio da avaliação da política, dos objetivos e das metas do SGA, dos resultados da Inspeção Ambiental, da análise de dados e da Análise Crítica da Coordenação da UEP.

Também podem ser utilizados Planos de Ação de Melhoria, onde são estabelecidas as atividades necessárias, os responsáveis e os prazos para os seguintes tipos de ações:

Ações corretivas: tratamento das não-conformidades, considerando os seguintes aspectos:

- análise crítica das não-conformidades;
- determinação das causas das não-conformidades;
- determinação e implementação das ações necessárias;
- registro de resultados de ações executadas;
- análise crítica das ações corretivas executadas; e
- verificação da eficácia das ações corretivas executadas;

Ações preventivas: caracterizadas por providências para evitar que uma não-conformidade em potencial venha a ocorrer, considerando os seguintes aspectos:

- identificação de não-conformidades potenciais e suas causas;
- avaliação da necessidade de ações para assegurar a não ocorrência da não-conformidade;
- determinação e implementação das ações necessárias;
- registro dos resultados de ações executadas;
- análise crítica das ações preventivas executadas; e
- verificação da eficácia das ações implementadas.

Ações de melhoria: providenciadas para melhorar os processos do Programa.

Para o processo de melhoria contínua foram estabelecidos dois procedimentos identificados pela sigla P.G.Nº (Procedimento Geral Nº), conforme segue:

- P.G.02 – Não-conformidades, Ação Preventiva e Ação Corretiva; e
- P.G.03 – Elaboração do PAM – Plano de Ação de Melhoria.

IX. DOCUMENTOS DO SGA

No Quadro Nº 4, a seguir, são apresentados os documentos que fazem parte do SGA do Programa de Urbano Integrado de João Pessoa, com seus objetivos e documentos correlatos. Tais documentos, caracterizados como procedimentos e formulários, são detalhados na no Manual do SGA.

Quadro Nº 4: Documentos do SGA

DOCUMENTO	CÓDIGO	OBJETIVOS	DOCUMENTOS CORRELATOS
Relatório do SGA			
RELATÓRIO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (PLANO DO SGA)	RSGA	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do SGA; • Assegurar que todos os projetos, atividades, processos e serviços do Programa sejam conduzidos considerando as melhores práticas aplicáveis; • Identificação dos processos e impactos ambientais do Programa; • Atendimento às exigências contratuais e legais; • Mitigação dos impactos socioambientais e controle ambiental; • Conservação ambiental; e • Prevenção de acidentes e doenças operacionais; 	Todos os documentos apresentados a seguir.
Manual do SGA			
MANUAL DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	MSGA	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos procedimentos e formulários do SGA; e • Apresentação do Quadro de Impactos do Programa. 	Todos os documentos apresentados a seguir.
Procedimentos – Geral (P.G.)			
CONTROLE DE DOCUMENTOS E REGISTROS	P.G.01	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que a documentação do SGA, incluindo os registros, se encontre na versão correta, legível e sempre atualizada. 	Todos os documentos que compõem o SGA.
NÃO CONFORMIDADE, AÇÃO CORRETIVA E AÇÃO PREVENTIVA	P.G.02	<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar como o Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado de João Pessoa planeja e implementa a melhoria contínua dos processos no SGA e controla e corrige as não-conformidades. 	P.G.03 – Elaboração de um PLAM – Plano de Ação e Melhoria.
PLANO DE AÇÃO DE MELHORIA – PAM	P.G.03	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de diretrizes para a elaboração do PAM. 	P.G.03 – Não conformidade, Ação Corretiva e Ação Preventiva.
Procedimentos – Obra (P.O.)			
PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO AMBIENTAL DA OBRA	P.O.01	Definir o processo para o planejamento e execução das obras, de forma a gerenciar todas as interfaces socioambientais e garantir a qualidade ambiental do Programa.	RGAS; ROP; PCAO; P.O.02 – Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obra; P.O.03 – Controle Ambiental da Obra; P.O.04 – Gestão de Resíduos da Obra; P.O.05 – Demolição. P.O.06 – Recuperação de Áreas Degradadas; e P.O.07 – Saúde e Segurança do Trabalhador.
IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRA	P.O.02	Definir o processo para a implantação, operação e desmobilização do canteiro de obra, de forma a evitar danos ambientais e promover a qualidade ambiental do Programa	PCAO; P.O.01 – Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra; P.O.03 – Controle Ambiental da Obra; P.O.04 – Gestão de Resíduos da Obra; P.O.05 – Demolição; P.O.06 – Recuperação de Áreas Degradadas; e P.O.07 – Saúde e Segurança do Trabalhador.

Quadro Nº 4: Documentos do SGA (Continuação)

DOCUMENTO	CÓDIGO	OBJETIVO	DOCUMENTOS CORRELATOS
Procedimentos – Obra (P.O.)			
CONTROLE AMBIENTAL DA OBRA	P.O.03	Definir as ações necessárias à execução dos serviços de obra, visando a redução ou eliminação dos impactos ambientais e a qualidade ambiental do Programa.	PCAO; P.O.01 – Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra; P.O.02 – Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obra; P.O.04 – Gestão de Resíduos da Obra; P.O.05 – Demolição; P.O.06 – Recuperação de Áreas Degradadas; e P.O.07 – Saúde e Segurança do Trabalhador.
GESTÃO DE RESÍDUOS DAS OBRAS	P.O.04	Estabelecimento das atividades necessárias para o gerenciamento dos resíduos das obras.	PCAO; P.O.01 – Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra P.O.02 – Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obra; P.O.03 – Controle Ambiental da Obra; P.O.05 – Demolição; e P.O.07 – Saúde e Segurança do Trabalhador.
DEMOLIÇÃO	P.O.05	Estabelecer os procedimentos e as rotinas para a execução de demolições nas obras do Programa, garantindo a qualidade ambiental e o atendendo da Norma Regulamentadora NR 18 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	PCAO; P.O.01 – Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra P.O.02 – Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obra; P.O.03 – Controle Ambiental da Obra; P.O.04 – Gestão de Resíduos da Obra; P.O.06 - Recuperação de Áreas Degradadas; e P.O.07 – Saúde e Segurança do Trabalhador.
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	P.O.06	Estabelecimento de procedimentos destinados a adequada utilização e recuperação de bota-fora áreas degradadas do Programa.	PCAO; P.O.01 – Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra P.O.02 – Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obra; P.O.03 – Controle Ambiental da Obra; P.O.04 – Gestão de Resíduos da Obra; P.O.05 - Demolição; e P.O.07 – Saúde e Segurança do Trabalhador.
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR	P.O.07	Estabelecimento das Diretrizes de Segurança do Trabalho a serem seguidas pela Construtora que, diretamente com seu pessoal ou com pessoal de terceiros contratados sob sua responsabilidade, desempenhem suas funções total ou parcialmente, nas áreas de serviços e obras do Programa.	PCAO; P.O.01 – Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra P.O.02 – Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obra; P.O.03 – Controle Ambiental da Obra; e P.O.05 - Demolição.
Procedimentos – Emergência (P.E.)			
VAZAMENTO DE ÓLEO	P.E.01	Definição de um plano de emergência para eventuais derramamentos de óleos diesel e lubrificante e demais produtos químicos no solo, nas imediações da oficina e estacionamento de veículos e máquinas.	PCAO; P.O.01 – Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra P.O.03 – Controle Ambiental da Obra; P.O.04 – Gestão de Resíduos da Obra; e P.O.07 – Saúde e Segurança do Trabalhador.
ACIDENTES COM ANIMAIS PEÇONHETOS	P.E.02	Definição um plano de emergência para a situação de acidentes com animais peçonhentos.	PCAO; P.O.02 – Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obra; P.O.03 – Controle Ambiental da Obra; P.O.04 – Gestão de Resíduos da Obra; P.O.05 - Demolição; e P.O.07 – Saúde e Segurança do Trabalhador.

Quadro Nº 4: Documentos do SGA (Continuação)

DOCUMENTO	CÓDIGO	OBJETIVO	DOCUMENTOS CORRELATOS
Procedimentos – Emergência (P.E.)			
PRIMEIROS SOCORROS	P.E.03	Estabelecer um plano de emergência com procedimentos em primeiros socorros.	P.O.07 – Saúde e Segurança do Trabalhador.
Formulários – Geral (F.G.)			
CONTROLE DE REGISTROS, FORMULÁRIOS E MODELOS CORRELATOS	F.G.01	Controle dos documentos do SGA.	Todos os procedimentos e formulários do SGA.
ATA DE REUNIÃO	F.G.02	Documentação de decisões.	--
LISTA DE PRESENÇA	F.G.03	Registro dos participantes.	–
FORMULÁRIO DE NÃO-CONFORMIDADE	F.G.04	Apresentação das não-conformidades apontadas durante a inspeção ambiental.	–
RELATÓRIO DE INSPEÇÃO AMBIENTAL	F.G.05	Utilizado pelos especialistas em meio ambiente e consultores socioambientais da UEP e empresas de apoio e gerenciamento e supervisão de obras, responsáveis pela Inspeção Ambiental do Programa.	–
PLANO DE MELHORIA	F.G.06	Proposta de melhoria para correção de não-conformidades e detalhamento das ações.	–
Formulários do Obra (F.O.)			
CADASTRO DE DESTINATÁRIO DE RESÍDUO	F.O.01	Controle Ambiental das Obras	PCAO; P.O.01 – Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra P.O.02 – Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obra; P.O.03 – Controle Ambiental da Obra; P.O.04 – Gestão de Resíduos da Obra; P.O.05 - Demolição.
CONTROLE DE REMOÇÃO DE RESÍDUOS	F.O.02	Controle Ambiental das Obras	PCAO; P.O.01 – Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra P.O.02 – Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obra; P.O.03 – Controle Ambiental da Obra; P.O.04 – Gestão de Resíduos da Obra; E P.O.05 - Demolição.
NOTIFICAÇÃO DA EMISSÃO DE FUMAÇA	F.O.03	Controle Ambiental das Obras.	PCAO; P.O.07 – Saúde e Segurança do Trabalhador.
Procedimentos de Operação (P.Op.)			
GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS	P.Op.01	Dotar o Programa de instrumentos que garantam melhor gestão dos riscos de desastre.	F.G.04 - Não Conformidade.
INCÊNDIO	P.Op.02	Equipar as áreas dos conjuntos habitacionais do Programa às normas de proteção contra incêndio.	PCAO; P.O.01 – Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Obra P.O.02 – Implantação, Operação e Desmobilização do Canteiro de Obra; P.O.03 – Controle Ambiental da Obra; P.O.04 – Gestão de Resíduos da Obra; E P.O.05 - Demolição.